

## ATA DA XXII REUNIÃO DO FÓRUM PERMANENTE DE DISCUSSÃO SOBRE O PROCESSO DE REABERTURA DA RODOVIA BR-319

No dia 10 de março de 2020, às 09h30min, na sede da FIEAM, foi realizada a XXII Reunião Ordinária do Fórum Permanente de Discussão Sobre o Processo de Reabertura da Rodovia BR-319, com a participação das pessoas que assinaram a lista de presença em anexo.

### I. Abertura da reunião:

Abrindo o evento, a **Dra. Renée Fagundes Veiga**, anfitriã, Assessora Técnica da Presidência da FIEAM e Gerente de Meio Ambiente, agradeceu a presença de todos e salientou ser uma honra recebê-los para debater um tema tão importante. Na sequência, passou a condução da reunião ao membro do MPF.

O **Dr. Rafael da Silva Rocha**, Procurador da República e moderador do Fórum, saudou a todos os presentes e agradeceu a FIEAM pela disponibilização do espaço e dos funcionários que estão auxiliando na condução do evento. Perguntou se alguém tinha alguma objeção aos termos da última ata e, como ninguém se manifestou, considerou aprovada a ata da XXI Reunião do Fórum Permanente de Discussão da Reabertura da BR-319. Ressalvou a possibilidade de objeções posteriores, já que nem todos podem ter tido tempo hábil para leitura e concordância com seus termos.

O membro do MPF submeteu a pauta à aprovação da plenária, que ficou assim estabelecida e assentida por todos: i) Recepção e abertura do Fórum; ii) Considerações iniciais e informes do DNIT e do IBAMA; iii) Debate sobre a assinatura da carta aberta sobre o controle de peso da rodovia; iv) Aprovação da atualização do Relatório Parcial Conclusivo; v) Apresentação do Dr. Luiz Antônio da Silva e do Dr. Gastão José Michiles, da ADAF, com o tema “Barreira de Vigilância Agropecuária – Igapó Açú – BR 319 – KM 262”; vi) Discussões da plenária; vii) Considerações finais e encaminhamentos.

A **Dra. Luizete Maia**, do núcleo de licenciamento ambiental do IBAMA no Amazonas, cumprimentou a todos e rememorou a existência de dois processos relativos ao trecho do meio da rodovia: um acerca da manutenção e conservação (conduzido pelo IBAMA no Amazonas) e outro que trata do licenciamento ordinário, que abrange o EIA/RIMA (conduzido pela sede do IBAMA, em Brasília).

Disse que, no período de verão, as vistorias são recomeçadas, sendo o cumprimento das condicionantes observado nessas vistorias.

O **Dr. Carlos Eduardo**, representando a Superintendência do DNIT/Amazonas, comentou que tem sido realizado um trabalho em conjunto com o DNIT sede para que seja feito o resgate do EVTEA originário da rodovia. Aproveitou para solicitar mais um mês para dialogar também com a prefeitura de Manaus, porque tem conhecimento de que um servidor da prefeitura acompanhou todos os trabalhos iniciais da abertura da rodovia, de modo que é possível que ele detenha alguma cópia do documento.

Disse que o DNIT continua engajado na análise dos trabalhos ambientais para que cumpra com os cronogramas estabelecidos.

Relembrou a existência de uma operação de pesagem na BR-319, que abrange tanto Careiro quanto Humaitá. Mencionou que buscam somar esforços para que se intensifique cada vez mais esse controle de peso, que proporciona mais segurança aos usuários e evita a deterioração precoce dos trabalhos que o DNIT executa.

O **Dr. Rafael**, em consequência das informações trazidas pelo Dr. Carlos Eduardo, mencionou que fica previsto, como encaminhamento desta reunião, a disponibilização do EVTEA no próximo encontro do fórum.

Avançando na pauta, o membro do MPF lembrou que, por ocasião da elaboração do relatório parcial conclusivo, notou-se que uma questão frequentemente abordada nas reuniões foi a da necessidade do controle de peso de cargas que são transportadas na rodovia. Mencionou que o principal problema mencionado pelo DNIT para a realização da atividade é o efetivo para tanto.

Nessa linha de raciocínio, o Dr. Rafael lembrou que sugeriu, na última reunião, que houvesse uma provocação das instituições componentes do fórum, no intuito de acelerar o trâmite da celebração do convênio com a Polícia Militar do Amazonas. O objetivo do mencionado convênio é possibilitar o cumprimento da Portaria que prevê a necessidade de controle de peso na rodovia.

Desse modo, sugeriu o debate acerca dessa manifestação de apoio, para que se defina se o documento se tornará um ato unilateral do MPF ou será subscrito por diversas instituições. Informou que, depois que a minuta de carta aberta foi disponibilizada no grupo de WhatsApp, houve adesão da OAB, da Associação dos Amigos e Defensores da BR-319, da Associação dos Engenheiros Ambientais do Amazonas e da Claro.

A **Dra. Renée**, representando a FIEAM e, nesse momento, esclarecendo também falar em nome dos 27 sindicatos representados pela Federação, disse que há interesse na assinatura da carta, mas que há contrapontos a fazer. Disse que concorda que não existem condições adequadas de trafegabilidade e que, adicionando-se mais peso, colocará em risco a segurança dos comunitários e das pessoas que trafegam na região, até mesmo em razão das pontes de madeira que não suportam a passagem de veículos com grandes carregamentos.

Porém, mencionou que existem setores, como o das indústrias madeireiras, que trabalham com uma margem de lucro pequena e que são prejudicados com a limitação do quantitativo de carga transportada, muitas vezes inviabilizando o negócio. Nesse sentido, falou que gostariam de incluir, na carta, um parágrafo sobre a necessidade de se melhorar as condições de trafegabilidade da BR para que, assim, ela possa efetivamente cumprir o papel de uma rodovia, que é possibilitar o transporte de pessoas e mercadorias. Disse que querem que haja a fiscalização, mas que querem uma posição de que isso é provisório e de que não haverá acomodação do Estado no sentido de resolver a trafegabilidade da região.

O **Dr. Rafael** comentou que concluiu, a partir da fala da Dra. Renée, que a posição da FIEAM é de que concorda com o controle de peso, mas que quer que o Estado aprimore as condições da rodovia para que esse controle não seja mais necessário. Propôs, como encaminhamento, que a FIEAM faça uma proposta de parágrafo para inclusão na carta, submetendo a nova redação do documento à aprovação na próxima reunião. Disse que não haverá prejuízo à expedição, desde logo, de um ofício do MPF solicitando informações ao Governo do Estado, ao comando da PM e ao Secretário de Segurança Pública, para que informem se haverá celebração do convênio com o DNIT.

O **Dr. Nelson Barroncas Ribeiro**, da Polícia Rodoviária Federal, esclareceu que existe um convênio entre PRF e DNIT e que já há fiscalização em Humaitá, embora insuficiente em razão de contar com apenas 2 policiais no local. Informou que não conseguem utilizar a balança do DNIT, que é por eixo, o que dificulta a atuação. Disse que 70% dos policiais que atuam no Amazonas são novos, que estão em fase de aprendizado e que necessitam de mais treinamento para efetuar o controle de pesagem.

O **Dr. Juarez Balduino**, Amazonólogo, perguntou por qual motivo a PM está sendo incluída na atividade e se não caberia um pedido à PRF para o aumento de policiais disponibilizados (em substituição à inclusão de policiais militares).

O **Dr. Rafael** respondeu que “o cobertor é curto”, podendo haver prejuízo em outras atividades da PRF, ao passo que o efetivo da PM é maior, possuindo mais condições de se organizar para o exercício da atividade.

O **Dr. Carlos Eduardo** explicou que existe um bom relacionamento entre DNIT e PRF, agradecendo publicamente a parceria. Salientou, contudo, a dificuldade gerada pelo efetivo insuficiente.

Em resposta ao Dr. Juarez, disse que a primeira provocação que o DNIT fez foi para a PRF, existindo, inclusive, um plano de trabalho elaborado em conjunto com a superintendência da PRF no Amazonas. Contou que, na iminência da assinatura desse plano de trabalho, como existiam pedidos de convênios de DNITs de outros estados com a mesma temática, a Diretoria-Geral da PRF decidiu avocar a responsabilidade, para que se trate desses convênios de forma igualitária. Falou que, no plano de trabalho, cuidou para que a balança móvel ficasse nas proximidades do posto da PRF, para evitar o deslocamento dos policiais para o local onde se encontra o equipamento.

Disse que um convênio não anula o outro e que, quanto mais instituições se congregarem, será melhor para o controle de peso.

O **Dr. Luiz Antônio** perguntou se já há um estudo sobre a capacidade de peso que a rodovia comporta.

O **Dr. Carlos Eduardo** lembrou que as portarias são elaboradas utilizando a capacidade de carga que constam nos projetos dimensionados pelos engenheiros. Falou que o DNIT avalia, caso a caso, as pessoas e as empresas que precisam trafegar acima do limite estabelecido, solicitando documentação específica para análise. Esclareceu que, quando não é o caso de autorização especial de trânsito, pode ser emitida uma autorização a depender da situação. Com isso, quis deixar claro que, embora haja uma portaria regulamentar quanto ao peso, podem existir exceções. Disse que eventuais dúvidas podem ser sanadas com o DNIT.

O **Dr. Rafael**, ao retomar a palavra, recapitulou que haverá um ofício do MPF solicitando informações sobre a assinatura do convênio. Quanto à carta aberta, ponderou que ficará como tema da próxima reunião, aguardando-se a sugestão da FIEAM.

O **Dr. André Marsílio**, presidente da Associação dos Amigos e Defensores da BR-319, pediu para que o ofício também seja encaminhado para a casa civil.

Em continuação, o **Dr. Rafael** informou que o próximo item da pauta é a aprovação do relatório parcial conclusivo. Como não houve nenhuma objeção, foi considerado aprovado o documento.

## **II. Palestra:**

Apresentação do **Dr. Luiz Antônio da Silva e do Dr. Gastão José Michiles**, representantes da ADAF, cujo tema é “Barreira de Vigilância Agropecuária – Igapó Açu – BR 319 – KM 262”.

O **Dr. Luiz Antônio** explicou a missão da ADAF, o organograma, as unidades de trabalho e o mapa de barreiras da autarquia. Disse que, com as barreiras, o sul do Amazonas (que concentra o maior número de animais) se tornará livre de febre aftosa sem vacinação. Para o restante do estado, pontuou que permanecerá sendo necessária a vacinação.

## **III. Debates:**

### **1º Bloco**

O **Dr. Juarez Baldoino** perguntou qual é o destino do maior volume de gado, se vai para o norte ou para o sul. Se for para o sul, perguntou se o posto está na altura adequada para atender a demanda. Por fim, indagou se haveria outro posto para atendimento desse objetivo.

O **Dr. André Marsílio** parabenizou o Dr. Gastão pelo trabalho que vem sendo desempenhado. Disse que, desde quando a ADAF começou a participar, a realidade dos portais avançou.

Perguntou ao DNIT se há previsão para a construção dos portais e qual o prazo limite para essa construção.

Observou que estão chegando vários materiais para a manutenção do trecho do meio, razão pela qual indagou ao Dr. Eduardo de que maneira será utilizado esse material. Falou que, nos últimos anos, as empresas arrumam alguns pontos da rodovia, deixando outros em aberto.

O **Dr. Lucas Ferrante**, pesquisador do Inpa, cobrou o EVTEA novamente. Defendeu que, caso não seja encontrado, o estudo seja realizado para comprovar a viabilidade econômica do projeto.

Falou que será compartilhado um material mostrando a abertura de ramais ilegais, inclusive com a derrubada de castanheiras para fazer pontes que permitam a passagem de tratores, afetando áreas de uso tradicional.

Disse que as informações do cacique Adamor se confirmaram e que houve uma negativa do gestor da unidade de conservação de que isso estava acontecendo na área (mesmo com os moradores da região havendo avisado esse fato por mais de uma vez ao gestor).

A **Dra. Elionara Nascimento**, do Consórcio de Etnias, perguntou à ADAF sobre qual o período que o efetivo fica no local, pois considerou o trailer pequeno para a acomodação do pessoal.

De volta à mesa, o **Dr. Luiz Antônio**, respondendo ao Dr. Juarez, informou que a localização da barreira no km 262 foi estabelecida com o intuito de evitar tentativas de burlar a fiscalização através da subida do Madeira. Comentou que, depois que os portais forem construídos, essa barreira servirá de escritório em outro local.

A **Dra. Grazielle Domingues**, da ADAF, complementando a resposta ao Dr. Juarez, disse que a barreira de Novo Aripuanã é um ponto estratégico, porque o Amazonas recebe muito gado do Pará. Explicou que atualmente há entrada clandestina de gado bovino, suíno, caprino, ovino e de aves na região, além de seus produtos e subprodutos. Disse que a barreira é provisória (por 2 anos), mas que se tornará uma UVL (Unidade Veterinária Local).

Comentou que a barreira do Igapó também é estratégica e visa fiscalizar o gado que vem de Rondônia. Afirmou que a barreira terá duração de 2 anos e posteriormente será transformada em escritório e levada para outro ponto.

Contou que, no dia 19, haverá uma reunião para verificar se o planejamento vem sendo cumprido e informou que há um plano estratégico que vai até 2026. Disse que uma das determinações é a implementação dessas barreiras e que somente está faltando os recursos humanos, o que afirma que já está sendo resolvido.

Respondendo à Dra. Elionara, falou que o plantão será de 10 dias, com regime de 24 horas, contando com 4 pessoas (além dos policiais). Disse que Mato Grosso, Rondônia e Acre trabalham com essa mesma sistemática.

O **Dr. Gastão**, também em resposta à Dra. Elionara, acrescentou que o container tem 5,70m por 9,70m de área construída, e que há um alojamento para 8 pessoas. Concluiu que o local oferece conforto, apesar de parecer pequeno.

O **Dr. Rafael** lembrou o motivo de o fórum existir: para que a rodovia seja pavimentada com sustentabilidade, evitando-se o que houve em outros estados. Disse que já esteve mais otimista sobre a pavimentação da rodovia, enumerando 4 possíveis entraves ao projeto:

1. A ausência do EVTEA, o que pode ser considerado um entrave na opinião do Dr. Lucas. Quanto ao tema, sustentou que entende que deve haver presunção de que esse estudo foi realizado, mesmo que não seja encontrado. Também comentou que a decisão do TCU, dispensando a realização do EVTEA, pode criar um embaraço para o gestor público que resolva contratá-lo. Esclareceu, contudo, que quem dará a última palavra sobre a questão será o Judiciário, caso seja provocado.
2. A divergência entre o DNIT e o MPF sobre a realização da consulta, o que pode gerar uma recomendação ou até mesmo uma judicialização apta a barrar o projeto. Frisou que o Dr. Fernando já mencionou que outros empreendimentos foram barrados pelo mesmo motivo, exemplificando com o Polo Naval.
3. A decisão judicial que transitou em julgado em 2019. Mencionou que uma interpretação possível é a de que o EIA/RIMA que está sendo realizado é insuficiente, pois não contempla o lote C, o que pode vir a anular a licença.
4. Outro ponto a ser considerado é o enfraquecimento da governança. Nesse sentido, disse que gostaria que outros órgãos se engajassem da mesma forma que a ADAF, considerando que o governo do estado não tem mostrado o desempenho do seu papel em relação à governança ambiental. Pontuou que o olhar do estado parece estar voltado para a pecuária e que ele discorda dessa visão, considerando que deveriam ser prestigiadas outras atividades, em especial as sustentáveis. Ponderou que o enfraquecimento da governança pode fazer com que o IBAMA negue a licença prévia se concluir que não existe viabilidade ambiental do empreendimento.

Com relação à condicionante da construção dos portais, falou ao Dr. André que esta condicionante foi retirada da licença, deixando de ser obrigatória. Desse modo, considerou que é difícil acreditar que o projeto sairá do papel porque, se quando era obrigatório não saiu, quem dirá agora.

Em continuidade à sua fala, o Dr. Rafael mencionou o decreto presidencial no sentido de que as coordenadorias do ICMBio do Amazonas e de Rondônia serão extintas, ficando a administração das unidades de conservação no traçado da BR-319 sob a responsabilidade de Santarém.

Comentou que a principal estratégia de governança tratada no fórum era o mosaico da BR-319 e que o Presidente Jair Bolsonaro “matou” o mosaico ao editar esse decreto.

Concluiu que o cenário que se desenha é bastante preocupante, dizendo que gostaria de escutar a opinião dos demais a esse respeito.

O **Dr. Carlos Eduardo** disse que foi apresentado o plano de governança em maio do ano passado e que os portais têm sido tema desde então. Disse que já receberam o projeto dos portais do DNIT sede e que agora o disponibilizará para a SEMA e para a ADAF. Esclareceu que, embora não mais conste na licença de manutenção, o DNIT continua tratando da questão dos portais porque o governo do estado do Amazonas demonstrou que tem interesse na utilização deles.

Quanto à questão técnica da utilização de pedras, trará na próxima reunião o relatório que levou à decisão de utilizar o material para a estabilização do solo.

Finalizou dizendo que o DNIT vê a implementação da barreira como uma vitória para o fortalecimento da governança na região.

A **Dra. Luizete** considerou compreensível a ponderação do MPF quantos aos portais. Disse que os portais faziam parte das condicionantes desde 2016 e que a maior dificuldade foi em relação à gestão deles. Disse que o IBAMA não tem condições de ser gestor de espaços ao longo da rodovia, pois isso envolve custos e disponibilização de pessoal.

Pontuou que houve um momento animador no fórum, quando a unidade de conservação de Igapó-Açu, na gestão da Dra. Dionéia, manifestou-se no sentido de que poderia assumir um dos postos. Lamentou o fato disso não ter se consolidado.

Disse que, como não surgiam gestores, ficava frágil a manutenção de uma condicionante que se mantinha em compasso de espera, tornando-se sempre um ponto pendente de solução nos relatórios trimestrais. Desse modo, decidiu-se que era necessário tirar essa condicionante da licença de manutenção e mudar para o processo de licenciamento ordinário.

Falou que entende o desânimo do Dr. Rafael, mas que acredita não ser necessário, pois os portais continuam no processo de licenciamento. Esclareceu que, no momento em que houver a identificação dos gestores, a condicionante será trazida para dentro da licença que está em vigência, pois as condicionantes podem ser revistas.

O **Dr. Luiz Antônio** explicou que, no dia 6, haverá uma visita para verificação da situação das três barreiras, que deverão estar prontas.

## 2º Bloco

O **Dr. Aldenor**, vice-coordenador da comunidade indígena de Cunhã-Sapucaia, abrindo o 2º bloco de participações, falou que viu as balsas carregando material e que se preocupa com essa situação.

Falou que a decisão do povo é a decisão maior, devendo ser considerada sob pena de a população “bater de frente”. Falou que a BR-319 está em situação precária, sendo necessárias medidas urgentes no local.

O **Dr. Lucas** mencionou a importância de se manter a governança no território. Contou que foi publicado um estudo na revista *Land Use Policy*, uma das maiores revistas de gestão de uso do solo, sobre a importância da consulta conforme a Convenção 169 da OIT, sendo necessária a realização de uma consulta prévia, livre e informada.

Defendeu que o fórum poderia tentar um intercâmbio direto com o Presidente da República, por meio da Dra. Rose Hoffmann, para que sejam revistas questões que enfraquecem a governança.

O **Dr. Renato Freitas**, Secretário Executivo de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado do Amazonas, pediu para que os presentes não percam as esperanças e disse que o governo do Estado está irmanado com os participantes do fórum para fazer o melhor possível.

Sugeriu que, no próximo encontro, possa ser exposto o que tem sido feito pelo Estado em relação à governança e à gestão do território do Amazonas. Adiantou que está sendo elaborado, juntamente com outras secretarias (como a SEFAZ), um plano de governança do sul do Amazonas, denominado de sub-regional sul de desenvolvimento, abrangendo 13 municípios do sul do Estado. Disse que o zoneamento respeita terras indígenas e unidades de conservação, pretendendo mostrar esse trabalho na próxima reunião.

Comentou que houve uma reunião com a SEFAZ e com a ADAF, cujo objetivo foi o aprimoramento do controle do rebanho via GTA e nota fiscal eletrônica, modernizando-se o procedimento.

Além disso, citou que, nos dias 16 e 17, alguns secretários irão até Humaitá, Matupi e Apuí para, conforme determinação do Governador, buscar alternativas de valorização não só da agropecuária, mas, também, da biodiversidade e da sociodiversidade existentes sob a perspectiva da cultura indígena e do turismo.

A **Dra. Renée**, diante da solicitação do Dr. Renato, disse que foi anotada a proposta de apresentação dos estudos mencionados na próxima reunião do fórum.

A **Dra. Dionéia Ferreira**, articuladora da RETA, comentou que observa avanços na organização da sociedade civil, mencionando a presença de comunitários da BR no evento de hoje.

Salientou o trabalho que vem sendo desempenhado pela RETA, com o auxílio da Fundação Getúlio Vargas, na construção de uma agenda para o desenvolvimento dos seguintes territórios da rodovia: trecho norte (região de Careiro e seu entorno), trecho do meio (região de Igapó e Manicoré) e trecho sul (região de Realidade e Humaitá). Falou que esse trabalho tem possibilitado não só que se leve mais informação para a ponta, mas que também se traga informações importantes.

Disse que, ao observar as últimas 4 atas de reuniões do fórum, é possível se constatar uma maioria de falas de comunitários, o que demonstra um grande avanço na representatividade da população, apesar do enfraquecimento do ponto de vista governamental.

Lamentou a ausência do ICMBio nas últimas reuniões.

Aproveitou a presença do Dr. Bessa, do DEMUC, para pedir o patrocínio, do ponto de vista político, para a participação dos gestores na construção do território do Bem Viver.

O **Dr. André Marcílio** defendeu que só se debate a situação da BR-319 hoje porque ela foi explodida há anos atrás. Disse que as organizações que exigem diversos estudos sequer vão conversar com as vítimas da destruição da rodovia, prezando pela teoria e não partindo para a ação.

Comentou que irão recorrer à Justiça se embargarem as obras da BR-319, assim como já fizeram anteriormente. Relembrou sua discordância quanto à posição do MPF no sentido de que não é possível a separação dos processos de manutenção e repavimentação, afirmando que ganharam judicialmente a demanda que tramitou no TRF1.

O **Dr. Rogério Bessa**, chefe do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC/SEMA), disse que pediu a palavra para esclarecer que todos têm o objetivo comum de avançar nas melhorias e na pavimentação da BR. Disse que, no que diz respeito à governança ambiental, podem contar integralmente com a SEMA. Defendeu que não há motivos para se sentirem desmotivados, considerando-se um entusiasta quanto ao tema.

O **Dr. Suamy Melo**, presidente de uma associação agroextrativista da RDS Rio Amapá (no município de Manicoré) que representa 10 comunidades, lembrou que, na adjacência da BR, existe o ramal de Manicoré. Falou que, por falta de manutenção, o ramal está intrafegável, existindo duas pontes que podem causar acidentes a qualquer momento. Lamentou que a deficiência no escoamento da produção impeça que os comunitários tenham melhores condições de vida. Pediu para que o governo do estado some forças com o município para que se faça a manutenção das pontes.

O **Dr. Jeferson**, vice-prefeito de Manicoré, exercendo o direito de resposta, concordou que o ramal está intransitável e informou que conseguiram um montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) junto ao governo do estado para efetuar o projeto de manutenção do ramal. Ponderou que esse valor é suficiente para a manutenção de apenas 2 km, sendo que o ramal tem quase 85 km.

Pedi para que o DNIT não desista da manutenção do local, pois havia um contrato para vigência por 6 anos, tendo sido feito apenas 1 ano de manutenção. Disse que se fossem feitos os 6 anos de manutenção, não estariam tendo essa dificuldade no ramal. Finalizou dizendo que são a favor da pavimentação não só da BR como também do ramal.

O **Dr. Josinaldo**, do IEB, comentou que é de uma instituição que trabalha há 18 anos no sul do estado do Amazonas e que está sendo formado um consórcio de organizações para a construção de um protocolo de consulta, pretendendo estreitar essa discussão junto com o MPF. Disse que a agenda considerou tanto lideranças indígenas como populações tradicionais.

Falou que não basta que o governo do estado diga que tem um plano, sendo necessário que diga de onde virá o dinheiro, pois precisa estar contemplado no orçamento público.

Disse que a FGV tem levantado uma questão muito interessante que é sobre instrumentos vinculantes na política pública, explicando que se trata daquilo que “entra na lei e amarra o governo na obrigatoriedade da sua execução”.

Nesse sentido, considerou necessário trazer a assembleia legislativa para essas tratativas e para formalizar um projeto de lei que garanta um percentual de orçamento que promova o desenvolvimento da região da BR.

Deu razão à Dra. Dionéia quando disse que, enquanto o governo federal vai caminhando para trás, as comunidades vão se unindo mais.

O **Dr. Vanildo Pereira**, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), disse que a interpretação equivocada acerca da necessidade de consulta aos povos tradicionais atrapalha o progresso do projeto da BR. Defendeu que tirar a obrigatoriedade dos portais gera insegurança quanto à concretização deles.

Concordou com o Dr. Lucas em acreditar que o EVTEA tem que ser trazido, não bastando que se fale sem que se apresente o documento.

Em relação à denúncia sobre a RESEX do Lago do Capanã estar sendo invadida e desmatada ilegalmente, sugeri que se elabore um pedido de esclarecimento ao conselho da RESEX sobre essa situação. Também sugeri que se faça uma nota de repúdio contra a desativação dos postos do ICMBio.

O **Dr. Antônio Mario**, morador de uma área no entorno da reserva Rio Amapá (que pertence ao ramal Manicoré), disse que o ramal está esquecido, notadamente em relação às suas pontes. Pediu a manutenção das pontes, pois existem 10 comunidades que dependem do transporte por meio do ramal. Também lamentou a inexistência de cobertura de telefonia móvel na região, considerando importante haver um diálogo com as operadoras de telefonia e com a ANATEL para resolver essa questão.

A **Dra. Nilcinha Ferreira**, liderança de uma comunidade que faz parte do entorno da BR, mencionou que a rodovia é uma via de mão dupla: trazendo tanto progresso quanto prejuízo. Afirmou que um exemplo de prejuízo diz respeito à segurança, confidenciando que ela e outras pessoas já teriam sido ameaçadas.

Mencionou que, como liderança, trouxe algumas demandas a serem apresentadas. A primeira delas diz respeito à necessidade de melhoria nos ramais para que possibilitem a locomoção de pessoas e escoamento de produtos. Externou, também, a preocupação da população com as facções criminosas que se encontram na região.

Aproveitou para agradecer o trabalho da FGV e da Dra. Dionéia, que têm incluído a comunidade nas discussões.

Finalizou sua fala comentando que é desestimulante o fato de já terem sido enviados diversos documentos sem que se obtivesse qualquer retorno para a promoção de melhorias no ramal.

O **Dr. Rafael** informou que algumas pessoas pediram para fazer uso da palavra depois que o período de inscrições já havia se encerrado. Objetivando conciliar os interesses de todos (os que querem falar e os que precisam ir embora), sugeriu a seguinte ordem: i) observações e encaminhamentos finais; ii) manifestação dos interessados em fazer uso da palavra; iii) considerações finais dos componentes da mesa.

#### **IV. Encaminhamentos:**

1. Convocação da SEINFRA para participar do fórum, em razão das questões relacionadas com o ramal de Manicoré;
2. Elaboração de uma minuta, pelo MPF, de pronunciamento do fórum sobre a extinção das coordenadorias;
3. Solicitar informações ao ICMBio sobre as denúncias trazidas pelo Dr. Lucas;

Nesse particular, lembrou que, ao denunciar algo ao MPF, é preferível que se use o sistema disponível no site [cidadao.mpf.mp.br](http://cidadao.mpf.mp.br), para que haja a possibilidade de recorrer da decisão do Procurador se ele entender que não deve atuar na demanda apresentada. Explicou que é melhor que os participantes do fórum sejam os denunciantes e não ele (Dr. Rafael), como Procurador, pois não recorrerá de eventual decisão de arquivamento.

Complementou dizendo que solicitará informações ao ICMBio, sem prejuízo de que haja alguma manifestação formal dos interessados através do site mencionado. Repetiu ser preferível que demandas futuras sejam apresentadas através daquele canal de comunicação.

4. Localização e apresentação do EVTEA, pelo DNIT, na próxima reunião;
5. Próxima reunião: no DNIT, na data de 13 de abril, às 9h, com a presença da nova superintendente (Dra. Arlene);
6. Elaboração de um ofício, pelo MPF, solicitando informações (à Casa Civil, à Secretaria de Segurança Pública e ao Comando da PM) sobre a celebração de convênio para o apoio à fiscalização do peso na rodovia;
7. Elaboração, pela FIEAM, de uma sugestão de parágrafo a ser acrescentado à carta aberta;
8. Apresentação do Dr. Renato da SEDECTI;
9. Apresentação do Dr. Lucas;
10. Conforme sugestão do Dr Akis Alves da Silva, envio de convite para as câmaras municipais de Borba, Manicoré, Humaitá, Careiro e demais municípios que ficam no entorno da BR;
11. Elaboração, pelo Dr. Lucas, da minuta de um documento solicitando um posicionamento do governo federal sobre os reveses ambientais que têm sido verificados (inviabilização dos mosaicos, extinção dos postos do ICMBio etc);
12. Apresentação da Dra. Nilcinha no fórum de maio.

O **Dr. Lucas**, após os encaminhamentos, fez uma fala sobre a importância do fortalecimento do ICMBio e do IBAMA para que se mantenha a governança na BR.

Em considerações finais, os membros da mesa agradeceram a presença de todos e se colocaram à disposição para esclarecimentos.

Ao final, o **Dr. Rafael** também agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.